



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS
COMISSÃO NACIONAL PARA A ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO

ATA

1 Aos seis dias do mês de julho de dois mil e onze, no Edifício Sede da Secretaria de
2 Direitos Humanos, reuniu-se a Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho
3 Escravo, sob a Presidência da Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Direitos
4 Humanos Maria do Rosário Nunes. Estiveram presentes: Sra. Maria do Rosário
5 Nunes, Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Direitos Humanos; Sra. Livia
6 Karina Passos Martins, representante do Instituto Brasileiro do Meio
7 Ambiente/IBAMA; Sr. Luiz Machado, representante da Organização Internacional do
8 Trabalho/OIT; Sr. Xavier Plassat, representante da Comissão Pastoral da Terra/CPT;
9 Sr. Leonardo Sakamoto, representante da ONG Repórter Brasil; Sra. Rosângela
10 Rossy, representante do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do
11 Trabalho/SINAIT; Sra. Jacqueline Ramos Carrijo, representante do Sindicato
12 Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho/SINAIT; Sr. Guilherme Moreno,
13 representante da Secretaria de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e
14 Emprego/SIT/MTE; Sr. Ricardo Rezende Figueira, representante do GPTEC; Sr.
15 Raimundo Ornedson Carneiro, representante do ICC; Sr. Erlan José Peixoto do
16 Prado, representante do Ministério Público do Trabalho/MPT; Antonio Lucas Filho,
17 representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores na
18 Agricultura/CONTAG; Sra. Rossana Marques Salsano, representante da
19 Confederação Nacional da Indústria/CNI; Sr. Roberto de Figueiredo Caldas,
20 representante da Ordem dos Advogados do Brasil/OAB; Vera Lúcia de Oliveira,
21 representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Sra. Tereza
22 Cristina de Moraes Rodrigues, representante do Ministério da Defesa; Sr. Arnaldo
23 Lima, representante do Ministério da Fazenda/MF; André Dantas Amaral,
24 representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário/MDA; Sr. Luciano Maduro,
25 representante da Secretaria de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e
26 Emprego/SIT/TEM; Sra. Tatiane Costa Guerra, representante do Ministério da
27 Defesa/MD; Sra. Verônica Amaral, representante da Ordem dos Advogados do
28 Brasil/OAB; Sra. Raíssa Roussing Alves, representante da Ordem dos Advogados

29 do Brasil/OAB; Sra. Andrea Sepulveda, representante da COETRAE do Estado do
30 Rio de Janeiro; Sra. Graziella Rocha, representante da COETRAE do Estado do Rio
31 de Janeiro; Sr. Silvio Albuquerque e Silva, representante do Ministério Público do
32 Trabalho/MPT; Sra. Patrícia Ponte Araújo, representante do Ministério Público
33 Federal/MPF; Sra. Antonia Livres da Rocha, representante do Ministério Público
34 Federal/MPF; Sra. Fernanda de Castro Carvalho, representante da Organização
35 Internacional do Trabalho/OIT; Sr. Gustavo Rocha, representante da Associação
36 Nacional dos Procuradores do Trabalho/ANPT; Sr. Aurélio Veiga , representante do
37 Ministério Público Federal/MPF; Sr. Elmiz Rocha Jr., representante do DPF; Sr.
38 Luismar Ribeiro Pinto, representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores
39 na Agricultura/CONTAG. **Abertura.** A Ministra Maria do Rosário iniciou a reunião
40 agradecendo e saudando a todos. Destacou que aquele início de reunião teria uma
41 série e relatos importantes com relação ao encontro em Washington e ao Seminário
42 Internacional do Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo. Informou
43 que haveria relatos também das ações da SDH que produziu uma relação com o
44 enfrentamento do trabalho escravo, já percebida no conjunto das ações de direitos
45 humanos. Ressaltou a inovação diante de situações anteriores, dada a
46 conscientização cada vez mais de que para que os programas de proteção a
47 vítimas, testemunhas e defensores de direitos humanos fossem efetivos era preciso
48 chegar à matriz de quem ameaçava, de quem matava e de quem explorava.
49 Destacou que o Ministério da Justiça também atuava de forma muito direta, criando
50 com a chamada Força Nacional uma atuação importante para retomada de
51 inquéritos policiais que ficaram parados nos Estados do Norte ao longo dos últimos
52 10 anos. Agradeceu a Coordenação Geral da CONATRAE pelas orientações às
53 ações nacionais. Informou sobre o mapeamento de Estados que receberiam as
54 caravanas dos movimentos de direitos humanos da SDH e que o primeiro estado
55 visitado seria o Ceará, nos dias 02 e 03 de agosto do corrente ano. Informou que na
56 próxima reunião da CONATRAE teriam a presença do Ministro Gilberto Carvalho e
57 possivelmente do Ministro Lupi, para tratarem das questões, acordos, situações que
58 a CONATRAE apresentou como situações que deviam ser trabalhadas naquela
59 instância de forma mais direta. Por fim, desejou bom trabalho a todos. **Informes.** A
60 **Sra. Jana** destacou com relação ao PPA que este era a experiência da articulação
61 da CONATRAE formalizada com a articulação do MDS e o MTE em forma de um
62 objetivo exclusivo para o trabalho escravo e para a erradicação do trabalho escravo,
63 sob responsabilidade da SDH. O Sr. José Armando Fraga Diniz Guerra informou que
64 a política de oficinas com o Poder Judiciário em 2011 foi realizada na 5ª Região no

65 Estado da Bahia no dia 08 de junho; no dia 01 de julho no Tribunal Regional do
66 Trabalho do Piauí; em agendamento o Tribunal do Trabalho do Maranhão, dias 01 e
67 02 de setembro e Tribunal do Trabalho do Pará dias 29 e 30 de setembro e ainda
68 que estava em negociação a oficina do Tribunal da 15ª Região de Campinas. O Sr.
69 André informou que o MDA era responsável por um grande programa de regulação
70 fundiária na Amazônia que estimava cerca de 300 mil títulos a serem regularizados e
71 outros 200 mil que precisavam de liberação de conduções resolutiveas. E sugeriu que
72 a CONATRAE poderia fazer mutirões também orientados com a Secretaria de
73 Direitos Humanos, em determinadas regiões que a Secretaria entendesse de
74 necessidade. Por fim colocou o MDS à disposição para discussões e
75 esclarecimentos. A Sra. Jacqueline Carrijo solicitou à Ministra Maria do Rosário que
76 empenhasse esforços no sentido de resolver as questões da interação institucional
77 visto que mesmo com a Resolução 93, com o apoio da Polícia Federal, com a
78 Auditoria Fiscal do Trabalho e com os Tratados Internacionais o problema dos
79 trabalhadores deportados persistia. Ressaltou que era preciso melhorar a articulação
80 institucional e sugeriu uma diretriz para que nas operações envolvendo mão de obra
81 estrangeira se preservasse as pessoas evitando aprofundar a vulnerabilidade. A
82 Ministra Maria do Rosário esclareceu ao Conselheiro André que com relação aos
83 300 mil títulos que o MDS precisava regularizar era preciso possuir a regularização
84 fundiária, a efetividade da Reforma Agrária a fim de avançar nessa política. Apesar
85 de que isso poderia significar embates diretos com forças políticas e econômicas
86 que demandavam do Estado brasileiro preparação para dar sustentação a essas
87 medidas. Com relação à colocação da conselheira Jacqueline sugeriu que a
88 CONATRAE articulasse antecipadamente à reunião seguinte do Conselho a criação
89 de um Grupo de Trabalho sobre Estrangeiros e um encontro para pautar soluções
90 para o problema apresentado. A Sra. Livia Martins informou que o IBAMA
91 juntamente com outras instituições realizava fiscalizações de forma muito incisiva
92 nas áreas em que houve mortes na Amazônia, porém parte do Judiciário na
93 Amazônia estava devolvendo os bens apreendidos nessas áreas abertas de
94 desmatamento. Solicitou que houvesse uma sensibilização junto ao Judiciário
95 quanto a essa atuação. Informou ainda que o IBAMA recebia do INPE diariamente
96 todas as áreas desmatadas por Estado na Amazônia e sugeriu o cruzamento do
97 mapa que a CONATRAE possuía do trabalho escravo com o mapa de
98 desmatamento de cada Estado. Por derradeiro, informou que o IBAMA juntamente
99 com a Polícia Federal, Força Nacional, e outros estavam na Amazônia fazendo
100 efetivamente todo o trabalho de disponibilização de todos os seus contatos, de

101 espaço em aeronaves, espaço em veículos para que houvesse efetivamente um
102 controle do trabalho escravo naquela área, esclareceu que nem todos os fiscais do
103 IBAMA ou Polícia Federal sabiam o procedimento adequado e como identificar o que
104 era trabalho escravo e sugeriu que o Ministério do Trabalho integrasse essas áreas
105 e que a comunicação em relação a isso fosse rápida. **Registro em ata da nova**
106 **composição da CONATRAE.** *Representantes governamentais: Secretaria de*
107 *Direitos Humanos, responsável pela Presidência da CONATRAE; Ministério da*
108 *Agricultura, Ministério da Pecuária e Abastecimento; Ministério da Defesa; Ministério*
109 *da Fazenda; Ministério das Relações Exteriores; Ministério do Desenvolvimento*
110 *Agrário; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Ministério do*
111 *Meio Ambiente; Ministério do Trabalho e Emprego; Advocacia Geral da União;*
112 *Departamento de Polícia Federal do Ministério da Justiça; e Departamento de*
113 *Polícia Rodoviária Federal do Ministério da Justiça. Membros não governamentais*
114 *titulares da CONATRAE: os representantes da Associação dos Juízes Federais –*
115 *AJUFE; Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho –*
116 *ANAMATRA; Associação Nacional dos Procuradores da República – ANPR;*
117 *Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho – ANPT; Comissão Pastoral da*
118 *Terra – CPT; Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA;*
119 *Confederação Nacional da Indústria – CNI; Instituto Ethos de Responsabilidade*
120 *Empresarial; Ordem dos Advogados do Brasil – OAB; Repórter Brasil – Organização*
121 *de Comunicação e Projetos Sociais; e Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do*
122 *Trabalho – SINAIT. A composição foi aprovada em reunião da CONATRAE em*
123 *março de 2010, e será enviada a ata para a Casa Civil.* **Apresentação do**
124 **Monitoramento.** A Sra. Janaína informou que faria primeiramente o informe
125 solicitado pelo Sr. José Armando Fraga Diniz Guerra sobre o Encontro em
126 Washington. Destacou que fora um convite do Departamento de Estado Americano,
127 junto com a OIT para apresentação da experiência brasileira no combate ao trabalho
128 escravo. O Sr. Guilherme Guimarães Feliciano ressaltou que o encontro tinha como
129 objetivo mostrar experiência e chamar o envolvimento das empresas que se
130 encontravam no final da cadeia produtiva do trabalho escravo para o
131 comprometimento de limpar suas cadeias produtivas através do Pacto Nacional pela
132 Erradicação do Trabalho Escravo. O Sr. Leonardo Sakamoto lembrou que no dia de
133 19 de maio de 2011 realizou-se o Seminário do Sexto Ano do Pacto Nacional pela
134 Erradicação do Trabalho Escravo que reunia 185 empresas que representam cerca
135 de um quarto do PIB brasileiro. Após, a Sra. Janaína passou efetivamente ao relato
136 do monitoramento. Apresentação do balanço do primeiro monitoramento do

137 planejamento de 2011: Três iniciativas com relação ao balcão de direito, esclareceu
138 que esta iniciativa estava sendo substituída pelo Centro de Referência dos Direitos
139 Humanos e que estavam previstas no PPA e em diversos municípios que já
140 possuíam os balcões de direito estes seriam transferidos para o Centro de
141 Referência e que seriam iniciativas elencadas e contempladas; mapeamento da
142 necessidade da documentação dos libertos, elaboração da Comissão Executiva de
143 uma moção para a CODEFAT a fim de destinar os recursos para essas atividades
144 incluindo nos PLANTECs, a capacitação dos profissionais do SINE para o
145 recrutamento formal contra aliciamento dos trabalhadores, a impressão de materiais
146 para informação dos trabalhadores, assim como vinhetas, divulgação em rádio, toda
147 essa parte de comunicação prevista para o MDS. Acompanhamento da CONATRAE
148 para a implementação e a solicitação do projeto Marco Zero fomentando esse
149 programa com Estados e Municípios em todo o Brasil; facilitação do acesso da
150 Polícia Rodoviária Federal às informações da certidão declaratória de acordo com a
151 Instrução 90 do Ministério do Trabalho, a formação de cursos de capacitação para
152 policiais visando identificação das situações de transporte ilícito dos trabalhadores, a
153 ampliação do Disque 100, a promoção da interface da participação da CONATRAE,
154 de seus membros de acordo com pauta já colocada na Comissão de Combate ao
155 Tráfico de Pessoas, a identificação das políticas que já existiam de combate ao
156 trabalho escravo em diversos municípios no Brasil, fomento das organizações
157 sociais para cooperativismo e associações de produção rural, manifestação da
158 CONATRAE ao Ministério do Planejamento chamando os aprovados no concurso
159 dos auditores, 117 aprovados, pedido da CONATRAE quanto a liberação e o
160 descontingenciamento dos recursos para a execução do plano nas áreas de
161 fiscalização, sensibilização dos juízes, procuradores, promotores, ministros,
162 advogados para a importância da Portaria 540 já publicada, aperfeiçoamento do
163 processo administrativo publicizando o conjunto de critérios que levavam à
164 caracterização de trabalho análogo à inserção do cadastro, realização de campanha,
165 informação junto à sociedade sobre o cadastro, atuação no STF para a manutenção
166 da competência da Justiça Federal para julgamento de crimes, inserção da vedação
167 da utilização de recursos públicos federais transferidos voluntariamente aos estados
168 e municípios, atuação em parceria com a frente parlamentar mista para a aprovação
169 da PEC, envolvimento de articulação da política do Governo Federal pela aprovação
170 das legislações assim como a sociedade civil, sensibilização dos juízes, ministros,
171 procuradores com relação à imprescritibilidade dos crimes contra a humanidade,
172 aprovação dos projetos de lei que elevam a pena mínima por trabalho escravo com

173 relação aos PL's em tramitação, criação e implementação do plano de comunicação
174 da CONATRAE, mapeamento de políticas de programas de respectivas dotações
175 orçamentárias destinadas ao combate do trabalho escravo e das propostas de PPA,
176 Consolidação dos esforços de integração para que todos os atores envolvidos na
177 repressão desenvolvam suas ações com excelência, qualidade das denúncias
178 questionários reconhecidamente eficazes capacitando os responsáveis promoção da
179 interlocução entre os órgãos que tratam do tráfico de pessoas e o aliciamento,
180 realização de oficina intersetorial de políticas públicas para assistências às vítimas
181 de trabalho escravo, boas práticas e ações integradas visando construir ações
182 governamentais a partir das experiências exitosas, promover com o MDS e SDH
183 troca de bancos de dados, Projeto Marco Zero, informou recebimento pelo MTE das
184 informações dos Estados que já possuíam o marco zero, facilitação do acesso da
185 Polícia Rodoviária Federal às ações, conforme a Instrução 90 da Certidão
186 Declaratória, assim como a capacitação dos policiais para o reconhecimento e a
187 identificação do transporte ilícito de trabalhadores o qual já se tinha informação do
188 MTE sobre a articulação para a Polícia Rodoviária Federal e também uma proposta
189 de adequação do cronograma para setembro para que a atividade pudesse ser
190 implementada de fato com o interlocutor da Polícia Rodoviária Federal. Ampliação
191 do Disque 100, colocado em questão pela Sra. Janáina da implementação do
192 Disque 100 também para denúncias de trabalhos escravo o Sr. Guilherme
193 Guimarães Feliciano se colocou contra essa meta e esclareceu que o a
194 implementação poderia inviabilizar os trabalho, o que foi reforçado pelos outros
195 conselheiros e a meta foi cancelada. Fomentar as organizações sociais para
196 sociativismo rural, identificação das rotas de imigração e capacitação dos agentes
197 públicos para definição de padrão de intervenção dos atores, suscitar a criação e
198 estruturação dos pontos de articulação com os CRAS e pessoal preparado para
199 recebimento dos trabalhadores resgatados e atendimento específico, capacitação
200 dos agentes da Polícia Rodoviária Federal para identificação e encaminhamento de
201 rotas, manifestação da CONATRAE já realizada com relação ao preenchimento das
202 vagas, descontingenciamento dos recursos na execução do plano de fiscalização,
203 reunião realizada com a CNJ com relação ao tema do tráfico e trabalhadores
204 migrantes deportados, sensibilização dos juízes, embargadores, ministros
205 procuradores promotores, advogados públicos, sobre a Portaria Interministerial 540
206 da lista suja, publicação da Portaria Interministerial que está concluída de acordo
207 com o monitoramento, criação de bases de dados confiáveis para as ações judiciais
208 relativas ao cadastro, também vinculado aqui à Portaria 540, oficina intersetorial

209 ainda em negociação na CONATRAE. Encerrando o relato a Sra. Janaína informou
210 que foram 46 ações das quais 37 eram metas para junho, mas que haviam sido
211 reprogramadas e que todos os conselheiros receberiam aquele documento visando um
212 melhor acompanhamento e encaminhamento das metas. Por fim agradeceu a
213 atenção de todos. **Encerramento.** Sem mais assuntos a serem tratados o Sr. José
214 Armando Fraga Diniz Guerra encerrou a reunião.